

Curso/Disciplina: Direito tributário

Aula: Tributário - 20

Professor (a): Mauro Lopes

Monitor (a): Mônica Berçot El-Jaick

Aula 20

Direito tributário Constitucional

Sistema tributário nacional

Discriminação Constitucional de rendas

1- atribuição de competência tributária

2- repartição de receitas tributárias

O Art. 153, IV da CF diz:

Art. 153. Compete à União instituir impostos sobre:

IV - produtos industrializados

Ocorre que, a mesma Constituição, a respeito do IPI diz em seu artigo 159:

Art. 159. A União entregará:

II - do produto da arrecadação do imposto sobre produtos industrializados, dez por cento aos Estados e ao Distrito Federal, proporcionalmente ao valor das respectivas exportações de produtos industrializados.

Ou seja, Estados e DF tem direito a 10% do referido imposto, embora seja a União competente para instituir e cobrar o IPI.

A discriminação Constitucional de rendas se dá, portanto, das duas formas citadas. Primeiro dá-se a competência para o ente, mas ciente que isso não equaliza o custeio, impõe uma repartição de receita.

Nesse sentido, o CTN complementa a CRFB/88 em seu Art. 6. A repartição de receita não afeta a repartição de competência:

Art. 6º A atribuição constitucional de competência tributária compreende a competência legislativa plena, ressalvadas as limitações contidas na Constituição Federal, nas Constituições dos Estados e nas Leis Orgânicas do Distrito Federal e dos Municípios, e observado o disposto nesta Lei.

Parágrafo único. Os tributos cuja receita seja distribuída, no todo ou em parte, a outras pessoas jurídicas de direito público pertencerá à competência legislativa daquela a que tenham sido atribuídos.

Cabe ressaltar que a competência tributária impõe uma primeira limitação do poder de tributar. A competência tributária é a repartição do poder de tributar. Cada fração desse poder representa uma limitação para os demais que não receberam essa competência.

O exercício da competência também está condicionado por critérios como isonomia, irretroatividade, anterioridade, etc.

De acordo com o Art. 7 do CTN, a competência tributária é indelegável. O que pode ser delegado é a função de arrecadar, fiscalizar, etc, mas não a de legislar, instituir.

O fato de a União ainda não ter instituído, por exemplo, o IGF não quer dizer que houve renúncia dessa competência.

A competência tributária é, portanto, facultativa, indelegável, irrenunciável e incaducável;

Conforme dito anteriormente, o Art. 153 CF traz as competências privativas da União. Já o Art. 155 traz a competência privativa dos Estados e DF. Por fim, o Art. 156 tem as competências privativas dos municípios.

Ademais, a competência pode ser residual, que a União tem relativa o impostos e contribuições sociais que financiam a seguridade social (Art. 154, I c/c Art. 195, parágrafo 4 CF)

A competência extraordinária também pertence à União. (Art. 148, 154 CF) Empréstimo compulsório e imposto extraordinário de guerra.